

Spending Reviews na era da austeridade fiscal

Leonardo Ribeiro

Assessor econômico dos Senador José Serra, especialista em contas públicas

Regras fiscais, Rigidez e Spending Reviews

- Para permitir realocações do gasto e o cumprimento das regras fiscais, será preciso consertar o equipamento “Estado” reduzindo a rigidez da despesa
 - Despesas obrigatórias representam 91,3% do gasto federal, excluindo juros
 - Dilema da Regra de ouro: (i) déficit primário + juros < investimentos mais inversões; (ii) 95% das despesas primárias obrigatórias são correntes
 - Teto de Gastos: despesas obrigatórias estão mais “velozes” do que a inflação
- A culpa não é só da Constituinte: Em 2016, a rigidez pós-constituinte correspondeu a 12% do gasto federal (complementação Fundeb, Saúde, FIES, Complemento ao FGTS, Compensação ao RGPS, Bolsa Família e outras)
- Na comparação internacional, Brasil é campeão de rigidez do gasto: Uruguai (0 a 20%), México (40% a 60%), Chile (0% a 20%), Colômbia (60% a 80%) e EUA (60% a 70%)
- É preciso olhar para fora. Relatório do FMI (set/2017) recomendou ao Brasil criar “rolling program of **spending reviews**”

Spending Reviews: Visão geral (Marc Robson)

- Processo institucionalizado para rever **projetos e programas existentes**
- Abrange: gastos discricionários, obrigatórios e transferências intergovernamentais voluntárias (condicionais, não gerais)
 - Obs: “No longo prazo, não há rigidez. Leis podem ser alteradas...”
- Revisão do cenário base de gastos para **NECESSARIAMENTE** mudar níveis de financiamento dos programas orçamentários
- **Opções de economia** é parte essencial. O foco é identificar economia de recursos de maneira integrada com o processo orçamentário (Revisar gastos é diferente de Analisar Gasto)
- Na maioria dos casos, as economias giram em torno de 2% a 3% de economia persistente

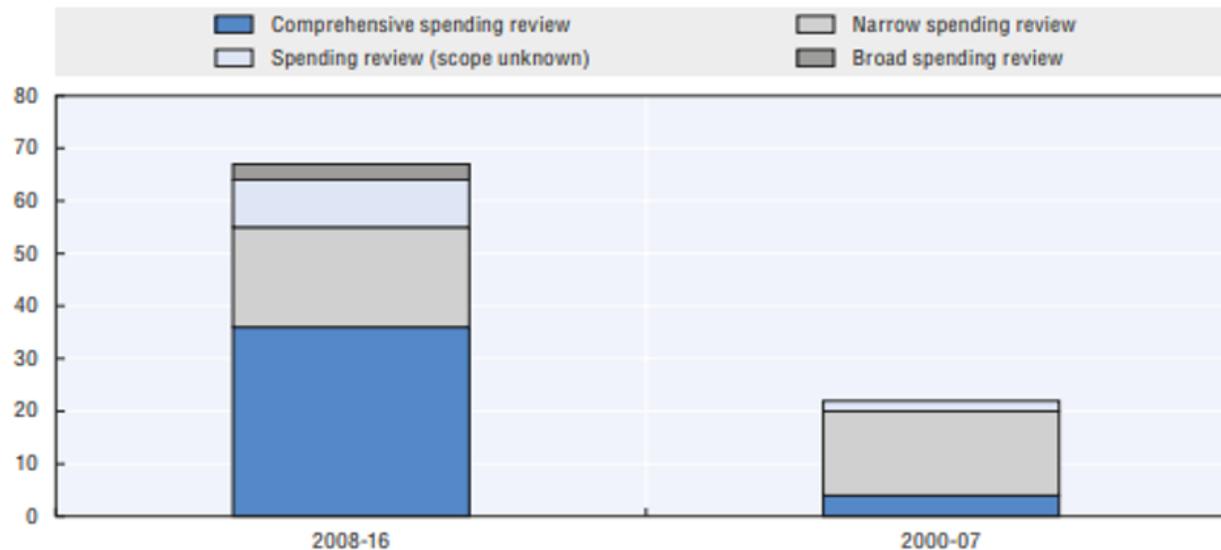
Spending Reviews: experiência internacional

- Spending reviews serve para: (i) **reduzir gastos públicos** ou/e (ii) aumentar espaço fiscal para **priorizações**.
- **Priorização** de gasto: alocar recursos em programas com maiores benefícios à sociedade (VALUE FOR MONEY)
- Poupança via: (i) ganho de eficiência ou (ii) economia de produto (corte)
- Revisões podem ser globais (geralmente em processo de consolidação fiscal) ou seletivas (lista específica)

Spending Reviews: experiência internacional

- Depois da crise de 2008, vários países da OCDE vem adotando Spending Reviews.
- Não é uma inovação recente. Austrália, Canadá, Dinamarca, Holanda e Reino Unido apresentam processos de Spending Reviews mais bem desenvolvidos

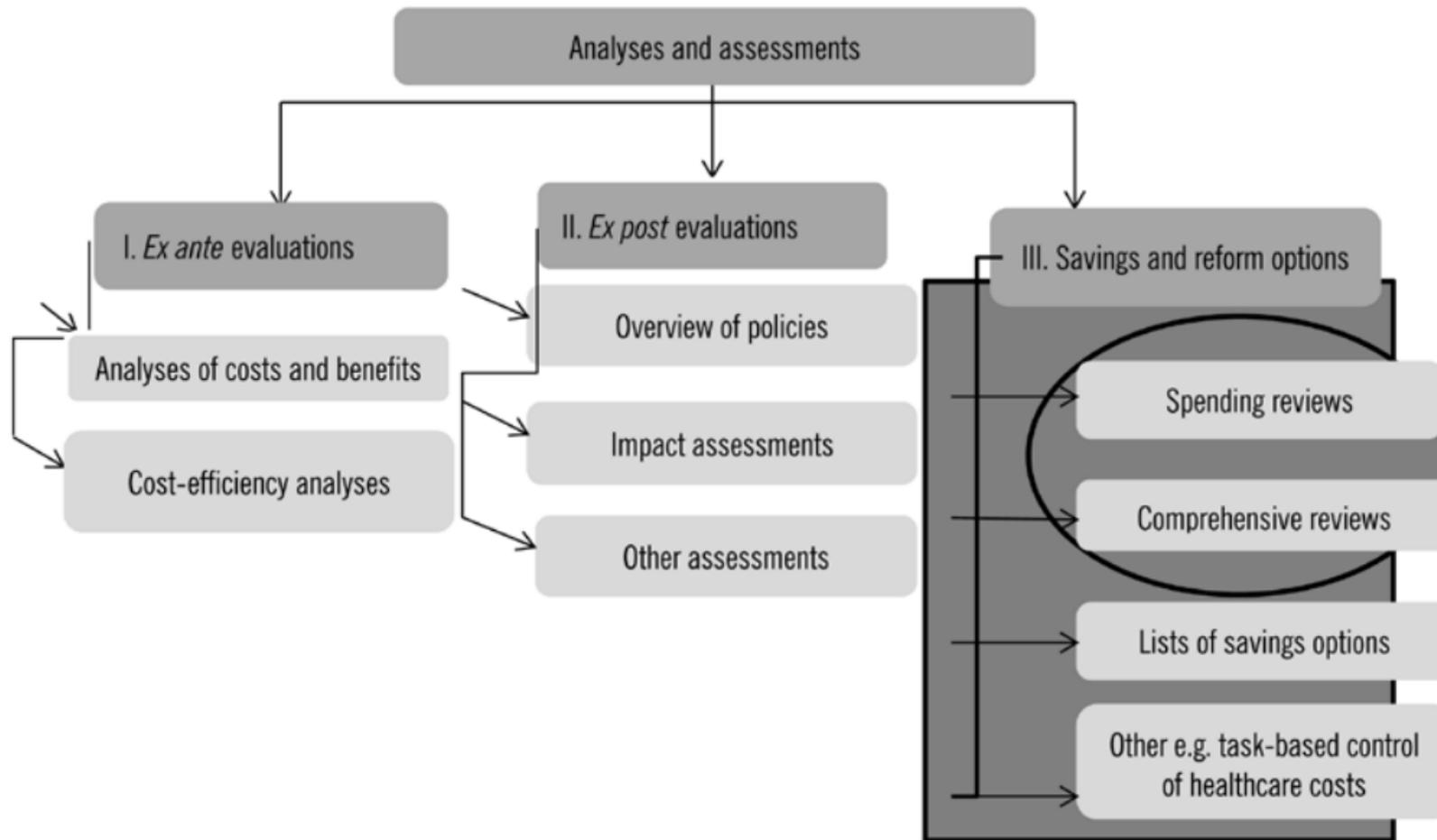
Figure 1.3. Total number of spending reviews in OECD countries, 2000-2007 and 2008-2016



Experiência internacional: Reino Unido

- Spending Reviews de 2015: como o governo vai eliminar o déficit e entregar segurança e oportunidades de trabalho para a sociedade nos próximos 5 anos
- O documento apresenta a seguinte estrutura:
 - Capítulo 1: Situação econômica e fiscal do País e os gastos priorizados
 - Capítulo 2: Explicação do ajuste por Departamento, considerando os limites de gastos
 - Capítulo 3: O impacto fiscal plurianual das reformas com total transparência, com a metodologia
- Detalhe interessante: Há forte participação da IFI do Reino Unido (OBR) ao longo de todo o processo

Experiência internacional: Holanda



Source: *How to organise successful spending reviews? Netherlands experience*, Warsaw, June 17–18, 2014, Poland.

Projeto de Lei nº 428/2017

Senador José Serra

- Institui Spending Review na Lei nº 4.320
- Remetido anualmente ao Congresso Nacional (art. 84, inciso XI)
 - remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;
- Estimativa plurianual das despesas públicas por funções de governo considerando um cenário fiscal de referência para médio e longo prazo
- Identificação de opções de economia orçamentária: base para decisões sobre o nível de financiamento de programas e projetos existentes
- Revisões de programas, vinculações orçamentárias, subsídios e renúncias de receitas
- Integrado com instrumentos básicos (PPA, LDO e LOA)

Spending reviews e a autocontenção do Estado

- É preciso resgatar o interesse público pelo longo prazo
 - Eleitores estão colocando a satisfação imediata acima da prudência duradoura
- Também se deve evitar a armadilha vislumbrada pelos teóricos da escolha pública: os políticos democráticos sempre se preocupariam em paparicar o eleitorado e , em consequência, acumulariam déficits e pouco investiriam em infraestrutura
 - Prometer direitos sociais a serem pagos pela geração futura
- É preciso reanimar o espírito do governo limitado – aquele que veste a camisa da autocontenção e revisa periodicamente o nível de financiamento dos programas governamentais existentes

Obrigado

Leocr@senado.gov.br